



MINISTÉRIO DA ECONOMIA

Análise do Impacto Fiscal das Medidas de Enfrentamento ao Covid-19

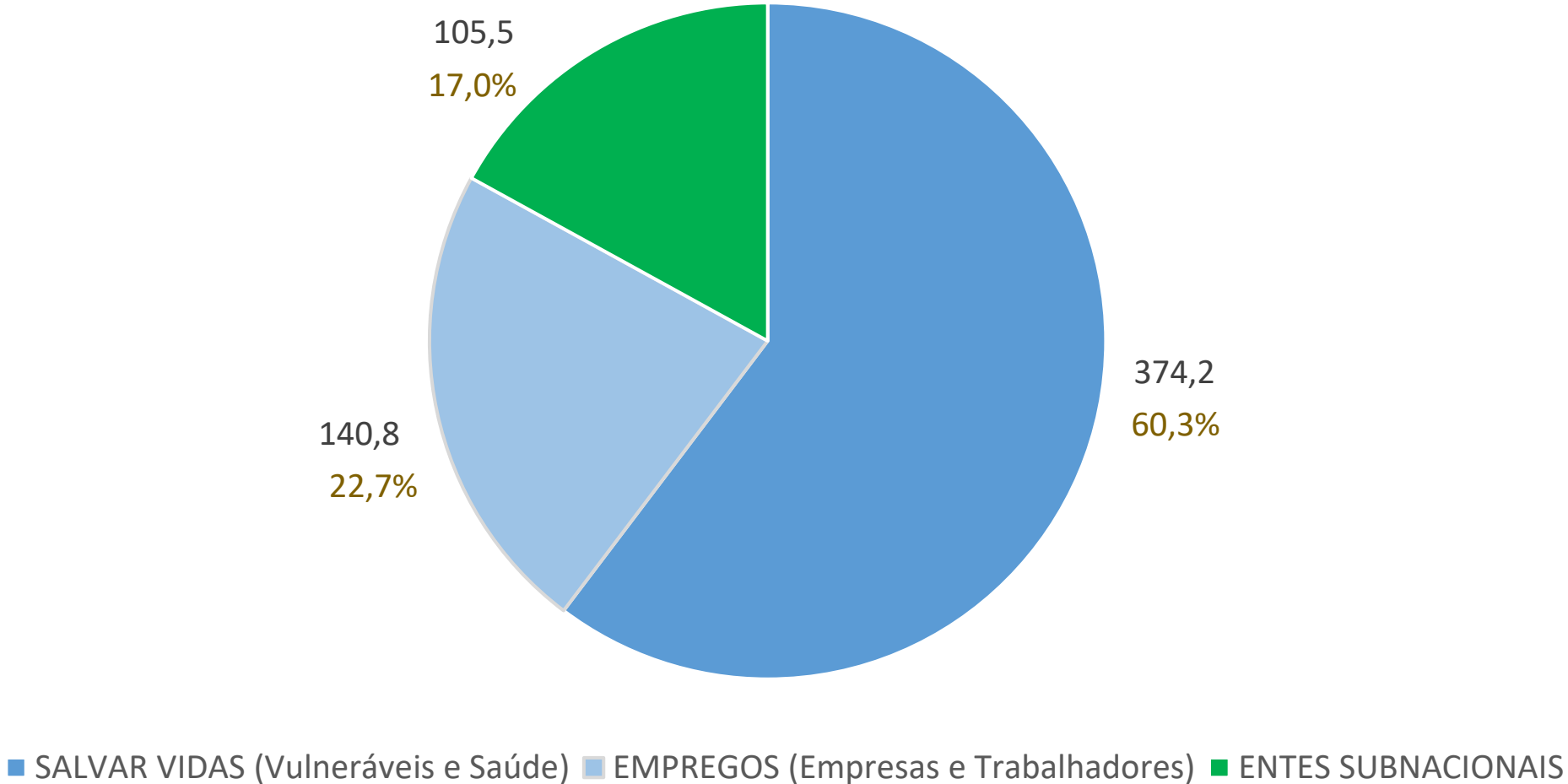
22 de Dezembro de 2020 – 10ª Apresentação

Premissas

- Consolidação fiscal
- Redução de Riscos fiscais
 - Defesa do Teto de Gastos
- Transparência
- Conservadorismo

Síntese do Impacto das Medidas de Combate à Covid-19

Impacto no Resultado Primário = R\$ 620,5 bilhões



Fonte: Estimativas FAZENDA; STN; SOF; BNDES; CAIXA.

Síntese do Impacto das Medidas de Combate à Covid-19

	R\$ bilhões
Impacto no Resultado Primário (I - II)	-620,5
Receitas (I)	-26,2
Despesas (II)	594,2
Em Execução Orçamentária	590,1
Sem Dotação Orçamentária	4,2
Sem Ato Autorizativo	0,0

Síntese do Impacto das Medidas de Combate à Covid-19



	R\$ bilhões
Impacto no Resultado Primário (I - II)	-620,5
Receitas (I)	-26,2
Redução temp. do IOF crédito - Decreto 10.305, 10.414, 10.504, 10.551, 10.572	-19,1
Redução temp. a zero das alíquotas de importação bens de uso médico-hospitalar* - Resolução Camex 17, 22, 28, 31, 32, 33, 44, 51, 67, 75	-3,2
Redução temp. a zero das alíquotas de importação via postal ou aérea - Regime de Tributação Simplificada - Portaria ME 158, 194	-1,3
Desoneração temp. de IPI para bens necessários ao combate ao Covid-19 - Decreto 10.285, 10.302, 10.503	-1,3
Suspensão de Pagamento de Dívidas Previdenciárias - Lei Complementar 173; Portaria RFB 1.072	-0,8
Desoneração temp. de PIS/COFINS (sulfato de zinco para medicamentos) - Decreto 10.318	-0,6

Síntese do Impacto das Medidas de Combate à Covid-19

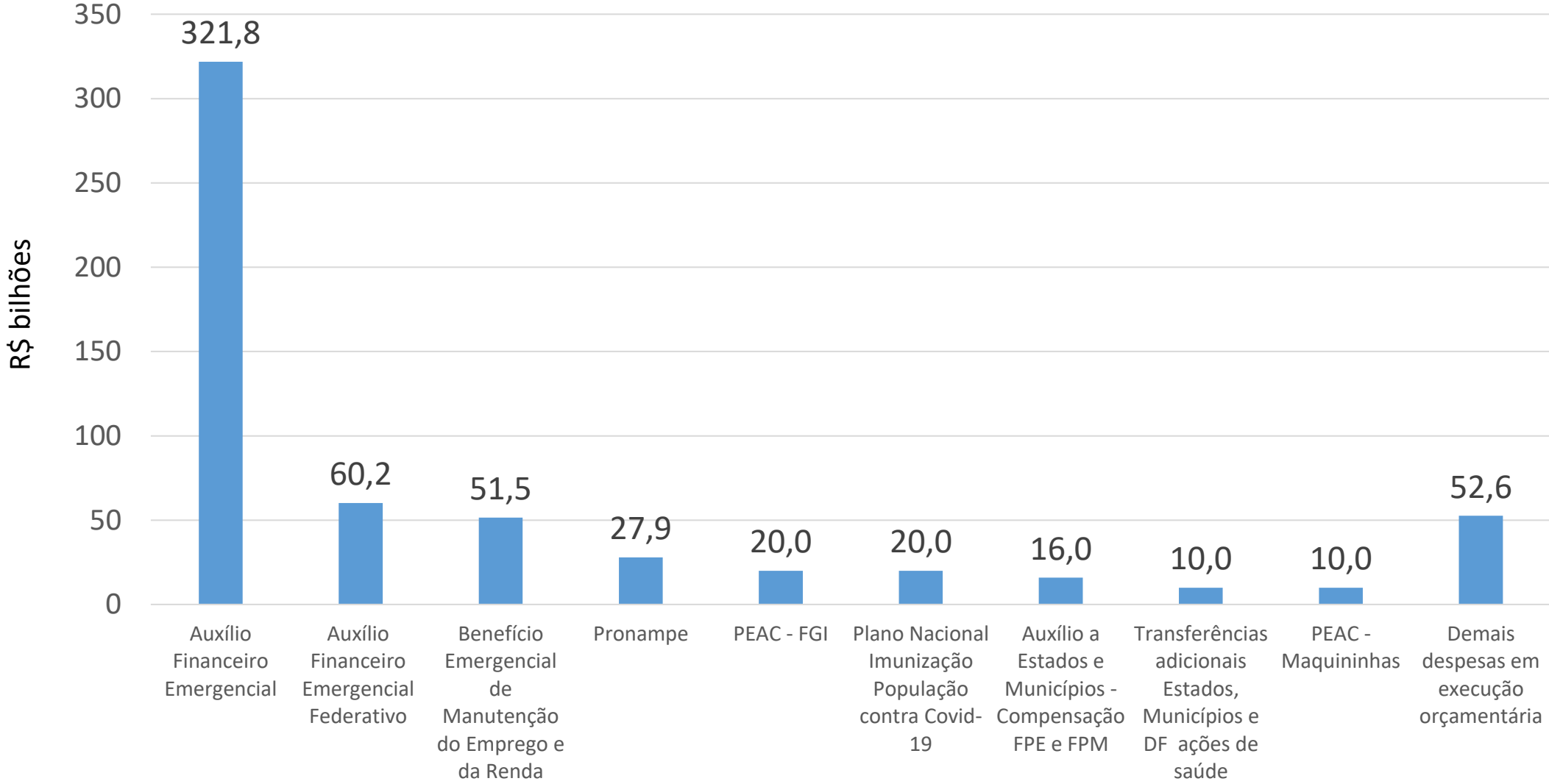


	R\$ bilhões
Impacto no Resultado Primário (I - II)	-620,5
Receitas (I)	-26,2
Despesas (II)	594,2
Em Execução Orçamentária	590,1
Auxílio Financeiro Emergencial (R\$ 600,00 por 5m) e Auxílio Residual - MPV 937, 956, 970, 988; Lei 13.982, MP 999, 1000	321,8
Auxílio Financeiro Emergencial Federativo (4 meses) - MPV 978; Lei Complementar 173	60,2
Benefício Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda - MPV 935; Lei 14.020	51,5
Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Pronampe) - MPV 972, 997; Lei 13.999, 14.042	27,9
Programa Emergencial de Acesso a Crédito - Fundo Garantidor para Investimentos (PEAC - FGI) - BNDES - MPV 975, 977	20,0
Plano Nacional de Imunização da População Brasileira contra o coronavírus (Covid-19) - MPV 1.015	20,0
Auxílio a Estados e Municípios - Compensação FPE e FPM - MPV 939; Lei 14.041	16,0
Transferências adicionais a Estados, Municípios e Distrito Federal para financiamento das ações de saúde - MPV 969	10,0
Programa Emergencial de Acesso a Crédito (PEAC) - Maquininhas - MPV 1.002; Lei 14.042	10,0
Auxílio a Estados e Municípios - Transferência ao Fundo Nacional da Saúde - MPV 940	8,9
Programa Emergencial de Suporte a Empregos (Folha de Pagamentos - PESE Funding União) - MPV 943; Lei 14.043	6,8
Crédito Extraordinário Ministérios - MPV 921, 929, 940, 941, 942, 962, 965, 985, 989, 991, 994, 1001, 1007, 1008, 1011; Lei 14.033	5,5
Ampliação de recursos para a Saúde e Educação para aquisição de insumos médico-hospitalares - MPV 924	5,0
Transferência Suplementar ao Fundo Nacional da Saúde - MPV 976	4,5
Crédito Ministério da Saúde para ampliar aquisição de testes da Covid-19 - MPV 967	3,6
Apoio Emergencial do Setor Cultural - MPV 990; Lei 14.017	3,0
Ampliação do Programa Bolsa Família - MPV 929	0,4
Transferência ao Fundo Nacional da Saúde - Comprar de EPI e Respiradores - MPV 947	2,6
Suplementação à Proteção Social no âmbito do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) - MPV 953	2,5
Acesso Global de Vacinas Covid-19 - Covax Facility - MPV 1.004	2,5
Auxílio Financeiro às Santas Casas e Hospitais sem Fins Lucrativos (complementar SUS) - MPV 967; Lei 13.995	2,0
Auxílio a Estados e Municípios - Transferência Saúde - Emendas Parlamentares; Lei 14.032	2,0
Realocações Covid-19	1,5
Transferência para a Conta de Desenvolvimento Energético (Tarifa Social) - MPV 949	0,9
Cidadania - Segurança Alimentar e Nutricional - MPV 957	0,5
Contratação de cerca de cinco mil profissionais de saúde por tempo determinado (MS) - MPV 970	0,3
Sem Dotação Orçamentária	4,2
Expansão FGI; Lei 14.042	4,0
Suspensão das Parcelas de Empréstimos do Fundo de Financiamento Estudantil (Fies) - Lei 13.998	0,2
Sem Ato Autorizativo	0,0

* Faltam estimativas das Resoluções Camex 86, 89, 90, 103, 104, 118.

Fonte: Estimativas FAZENDA; STN; SOF; RFB.

Síntese do Impacto das Medidas de Combate à Covid-19



Fonte: Estimativas FAZENDA; STN; SOF; RFB.

Comparativo em Relação a Última Apresentação



	22/12/2020		11/12/2020	24/11/2020	27/10/2020	28/09/2020	04/09/2020	30/07/2020
	R\$ bilhões	Dif	R\$ bilhões	R\$ bilhões	R\$ bilhões	R\$ bilhões	R\$ bilhões	R\$ bilhões
Impacto no Resultado Primário (I - II)	-620,5	-21,01	-599,5	-615,1	-615,0	-607,2	-605,0	-526,0
Receitas (I)	-26,2	-0,61	-25,6	-27,5	-27,5	-20,6	-20,6	-20,6
Redução temp. do IOF crédito - Decreto 10.305, 10.414, 10.504, 10.551	-19,1	-0,61	-18,5	-20,4	-20,4	-14,1	-14,1	-14,1
Despesas (II)	594,2	20,402	573,8	587,6	587,5	586,6	584,3	505,4
Em Execução Orçamentária	590,2	20,402	569,7	583,4	583,3	582,4	569,6	504,6
Auxílio Financeiro Emergencial (R\$ 600,00 por 5m) e Auxílio Residual - MPV 937, 956, 970, 988; Lei 13.982, MP 999, 1000	321,8	0,000	321,8	321,8	321,8	321,8	321,8	254,2
Auxílio Financeiro Emergencial Federativo (4 meses) - MPV 978; Lei Complementar 173	60,2	0,000	60,2	60,2	60,2	60,2	60,2	60,2
Benefício Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda - MPV 935; Lei 14.020	51,5	0,000	51,5	51,6	51,6	51,6	51,6	51,6
Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Pronampe) - MPV 972, 997; Lei 13.999, 14.042	27,9	0,000	27,9	27,9	27,9	27,9	27,9	15,9
Programa Emergencial de Acesso a Crédito - Fundo Garantidor para Investimentos (PEAC - FGI) - BNDES - MPV 975, 977	20,0	0,000	20,0	20,0	20,0	20,0	20,0	20,0
Plano Nacional de Imunização da População Brasileira contra o coronavírus (Covid-19) - MPV 1.015	20,0	20,000						
Auxílio a Estados e Municípios - Compensação FPE e FPM - MPV 939; Lei 14.041	16,0	0,000	16,0	16,0	16,0	16,0	16,0	16,0
Transferências adicionais a Estados, Municípios e Distrito Federal para financiamento das ações de saúde - MPV 969	10,0	0,000	10,0	10,0	10,0	10,0	10,0	10,0
Programa Emergencial de Acesso a Crédito (PEAC) - Maquininhas - MPV 1.002; Lei 14.042	10,0	0,000	10,0	10,0	10,0	10,0		
Auxílio a Estados e Municípios - Transferência ao Fundo Nacional da Saúde - MPV 940	8,9	0,000	8,9	9,0	9,0	9,0	9,0	9,0
Programa Emergencial de Suporte a Empregos (Folha de Pagamentos - PESE Funding União) - MPV 943; Lei 14.043	6,8	0,000	6,8	17,0	17,0	17,0	17,0	34,0
Crédito Extraordinário Ministérios - MPV 921, 929, 940, 941, 942, 962, 965, 985, 989, 991, 994, 1001, 1007, 1008, 1011; Lei 14.033	5,5	0,000	5,5	5,8	5,8	5,5	5,2	3,2
Ampliação de recursos para a Saúde e Educação para aquisição de insumos médico-hospitalares - MPV 924	5,0	0,000	5,0	5,1	5,1	5,1	5,1	5,1
Transferência Suplementar ao Fundo Nacional da Saúde - MPV 976	4,5	0,000	4,5	4,5	4,5	4,5	4,5	4,5
Crédito Ministério da Saúde para ampliar aquisição de testes da Covid-19 - MPV 967	3,6	0,000	3,6	3,6	3,6	3,6	3,6	3,6
Apoio Emergencial do Setor Cultural - MPV 990; Lei 14.017	3,0	0,000	3,0	3,0	3,0	3,0	3,0	3,0
Ampliação do Programa Bolsa Família - MPV 929	0,4	0,000	0,4	3,0	3,0	3,0	3,0	3,0
Transferência ao Fundo Nacional da Saúde - Comprar de EPI e Respiradores - MPV 947	2,6	0,000	2,6	2,6	2,6	2,6	2,6	2,6
Suplementação à Proteção Social no âmbito do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) - MPV 953	2,5	0,000	2,5	2,6	2,6	2,6	2,6	2,6
Acesso Global de Vacinas Covid-19 - Covax Facility - MPV 1.004	2,5	0,000	2,5	2,5	2,5	2,5		
Auxílio Financeiro às Santas Casas e Hospitais sem Fins Lucrativos (complementar SUS) - MPV 967; Lei 13.995	2,0	0,000	2,0	2,0	2,0	2,0	2,0	2,0
Auxílio a Estados e Municípios - Transferência Saúde - Emendas Parlamentares; Lei 14.032	2,0	0,000	2,0	2,0	2,0	2,0	2,0	2,0
Realocações Covid-19	1,5	0,402	1,1	1,4	1,3	0,7	0,7	0,4
Transferência para a Conta de Desenvolvimento Energético (Tarifa Social) - MPV 949	0,9	0,000	0,9	0,9	0,9	0,9	0,9	0,9
Cidadania - Segurança Alimentar e Nutricional - MPV 957	0,5	0,000	0,5	0,5	0,5	0,5	0,5	0,5
Contratação de cerca de cinco mil profissionais de saúde por tempo determinado (MS) - MPV 970	0,3	0,000	0,3	0,3	0,3	0,3	0,3	0,3
Sem Dotação Orçamentária	4,2	0,000	4,2	4,2	4,2	4,2	14,8	0,8
Expansão FGI; Lei 14.042	4,0	0,000	4,0	4,0	4,0	4,0	4,0	
Suspensão das Parcelas de Empréstimos do Fundo de Financiamento Estudantil (Fies) - Lei 13.998	0,2	0,000	0,2	0,2	0,2	0,2	0,8	0,8
Sem Ato Autorizativo	0,0	0,000	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0

Síntese do Impacto das Medidas de Combate à Covid-19

	R\$ bilhões	
Impacto no Resultado Primário (I - II)	-620,5	-87,8
Receitas (I)	-26,2	-19,1
Despesas (II)	594,2	68,7
Em Execução Orçamentária	590,1	64,7
Auxílio Financeiro Emergencial (R\$ 600,00 por 5m) e Auxílio Residual - MPV 937, 956, 970, 988; Lei 13.982, MP 999, 1000	321,8	
Auxílio Financeiro Emergencial Federativo (4 meses) - MPV 978; Lei Complementar 173	60,2	
Benefício Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda - MPV 935; Lei 14.020	51,5	
Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Pronampe) - MPV 972, 997; Lei 13.999, 14.042	27,9	27,9
Programa Emergencial de Acesso a Crédito - Fundo Garantidor para Investimentos (PEAC - FGI) - BNDES - MPV 975, 977	20,0	20,0
Plano Nacional de Imunização da População Brasileira contra o coronavírus (Covid-19) - MPV 1.015	20,0	
Auxílio a Estados e Municípios - Compensação FPE e FPM - MPV 939; Lei 14.041	16,0	
Transferências adicionais a Estados, Municípios e Distrito Federal para financiamento das ações de saúde - MPV 969	10,0	
Programa Emergencial de Acesso a Crédito (PEAC) - Maquininhas - MPV 1.002; Lei 14.042	10,0	10,0
Auxílio a Estados e Municípios - Transferência ao Fundo Nacional da Saúde - MPV 940	8,9	
Programa Emergencial de Suporte a Empregos (Folha de Pagamentos - PESE Funding União) - MPV 943; Lei 14.043	6,8	6,8
Crédito Extraordinário Ministérios - MPV 921, 929, 940, 941, 942, 962, 965, 985, 989, 991, 994, 1001, 1007, 1008, 1011; Lei 14.033	5,5	
Ampliação de recursos para a Saúde e Educação para aquisição de insumos médico-hospitalares - MPV 924	5,0	
Transferência Suplementar ao Fundo Nacional da Saúde - MPV 976	4,5	
Crédito Ministério da Saúde para ampliar aquisição de testes da Covid-19 - MPV 967	3,6	
Apoio Emergencial do Setor Cultural - MPV 990; Lei 14.017	3,0	
Ampliação do Programa Bolsa Família - MPV 929	0,4	
Transferência ao Fundo Nacional da Saúde - Comprar de EPI e Respiradores - MPV 947	2,6	
Suplementação à Proteção Social no âmbito do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) - MPV 953	2,5	
Acesso Global de Vacinas Covid-19 - Covax Facility - MPV 1.004	2,5	
Auxílio Financeiro às Santas Casas e Hospitais sem Fins Lucrativos (complementar SUS) - MPV 967; Lei 13.995	2,0	
Auxílio a Estados e Municípios - Transferência Saúde - Emendas Parlamentares; Lei 14.032	2,0	
Realocações Covid-19	1,5	
Transferência para a Conta de Desenvolvimento Energético (Tarifa Social) - MPV 949	0,9	
Cidadania - Segurança Alimentar e Nutricional - MPV 957	0,5	
Contratação de cerca de cinco mil profissionais de saúde por tempo determinado (MS) - MPV 970	0,3	
Sem Dotação Orçamentária	4,2	4,0
Expansão FGI; Lei 14.042	4,0	4,0
Suspensão das Parcelas de Empréstimos do Fundo de Financiamento Estudantil (Fies) - Lei 13.998	0,2	
Sem Ato Autorizativo	0,0	

6 Medidas de Crédito com impacto primário: R\$ 87,8 bilhões



Síntese do Impacto das Medidas de Combate à Covid-19

Medidas no Mercado de Crédito^(*)

	PESE	Pronampe-FGO	PEAC-FGI	PEAC-Maquinhas
Recursos da União no Programa	R\$ 17 bilhões	R\$ 27,9 bilhões	R\$ 20 bilhões	R\$ 10 bilhões
Potencial de concessão de crédito	R\$ 20 bilhões	R\$ 32,8 bilhões	R\$ 100 bilhões	R\$ 10 bilhões
Crédito produzido pelo Programa até Novembro/2020 ^(**)	R\$ 7,95 bilhões	R\$ 32,8 bilhões	R\$ 90,9 bilhões	R\$ 2,7 bilhões
Público Alvo	Empresas com faturamento entre R\$ 360 mil até R\$ 50 milhões	Empresas com faturamento até R\$ 4,8 milhões	Empresas com faturamento entre R\$ 360 mil até R\$ 300 milhões	MEI e empresas com faturamento até R\$ 4,8 milhões
Risco Assumido pela União	85%	85%	20%	100%
Risco Assumido pela IF	15%	15%	80%	0%
Taxa de Juros	3,75%a.a.	1,25%a.a. + Selic (3,25%a.a.)	média de 1%a.m. (12,6%a.a.)	6%a.a.
Prazo da operação de crédito	36 meses (carência 6 meses)	36 meses (carência 8 meses)	12 a 60 meses (carência 6 a 12 m)	36 meses (carência 6 meses)
Prazo para contratação do crédito	31.10.2020	19.11.2020	31.12.2020	31.12.2020

(*) Atualizado até 21/12/2020.

(**) União e bancos.

Fonte: Estimativas FAZENDA; STN; SOF; BNDES; CAIXA.



- O Conselho Monetário Nacional estabelece as diretrizes gerais das políticas monetária, cambial e creditícia, além de regular as condições de funcionamento e fiscalização das instituições financeiras.
- Atualmente, é composto pelo Ministro da Economia (presidente), pelo Presidente do Banco Central do Brasil e pelo Secretário Especial de Fazenda do Ministério da Economia.
- Desde 16 de março:
 - Ocorreram 23 reuniões do CMN (9 ordinárias e 14 extraordinárias);
 - Foram 92 resoluções aprovadas, sendo 36 ligadas diretamente ao enfrentamento dos efeitos da pandemia;
 - As medidas aprovadas no âmbito do CMN e do BCB:
 - têm potencial de ampliar a liquidez do SFN em R\$1.274 bilhão
 - têm potencial de ampliar a oferta de crédito em R\$1.348 bilhão

Monitoramento Covid-19 – Tesouro Transparente

TESOURO NACIONAL TRANSPARENTE





Monitoramento dos Gastos da União com COVID-19

Atualizado diariamente

18/12/2020
Última atualização



Monitoramento Covid-19 – Painel do Orçamento - SOF

 **Painel do Orçamento Federal** MT    Tem dúvida? Acesse o manual.

Dados referentes à Base SIAFI de 17/12/2020

Execução das despesas relacionadas ao enfrentamento da COVID-19 nos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Selecione os filtros que deseja utilizar dentre as opções abaixo:

Ano Digite livremente os valores a filtrar ou selecione um dos filtros disponíveis

Orgão Orçamentário

- 20000 - Presidência da República
- 24000 - Ministério da Ciência, Tecnologia...
- 25000 - Ministério da Economia
- 26000 - Ministério da Educação
- 30000 - Ministério da Justiça e Seguranç...
- 32000 - Ministério de Minas e Energia
- 35000 - Ministério das Relações Exteriores
- 36000 - Ministério da Saúde
- 37000 - Controladoria-Geral da União
- 39000 - Ministério da Infraestrutura
- 52000 - Ministério da Defesa
- 55000 - Ministério da Cidadania
- 71000 - Encargos Financeiros da União
- 73000 - Transferências a Estados, Distrit...
- 74000 - Operações Oficiais de Crédito
- 81000 - Ministério da Mulher, da Família ...

Mostrar classificações orçamentárias com maior detalhe

Ano	Marcador COVID	Órgão	Unidade Orçamentária	Programa	Ação	Localizador	Dotação Inicial	Dotação Atual	Empenhado	Liquidado	Pago	Bloqueado
Total							0	625.501.601.735	563.543.282.864	508.620.266.818	508.240.550.996	30.592.506.617
		20000 - Presidência da República	20101 - Presidência da República	0032 - Programa de Gestão e Manutenção do P...	2000 - Administração da Unidade	0001 - Nacional	0	504.100.000	157.607	152.947	152.947	0

www.siop.gov.br

Síntese do Impacto das Medidas de Combate à Covid-19

	R\$ bilhões
Itens sem Impacto no Resultado Primário (III + IV + V + VI + VII)	3.810,3
▶▶▶▶ Alteração na programação financeira sem impacto no resultado anual (III)	439,6
▶▶▶▶ Extraorçamentários (IV)	68,4
▶▶▶▶ Apoio a Estados e Municípios (V)	85,1
▶▶▶▶ Medidas de Crédito (VI)	232,0
▶▶▶▶ Regulatórias (VII)	2.985,2

Medidas de Suportes aos Entes Subnacionais

Impacto no Resultado Primário (I - II)

Receitas (I)	-0,8
Suspensão de Pagamento de Dívidas Previdenciárias - Lei Complementar 173; Portaria RFB 1.072	-0,8
Despesas (II)	
Em Execução Orçamentária	104,7
Auxílio Financeiro às Santas Casas e Hospitais sem Fins Lucrativos (complementar SUS) - MPV 967; Lei 13.995	2,0
Auxílio a Estados e Municípios - Transferência Saúde - Emendas Parlamentares – Lei 14.032	2,0
Auxílio a Estados e Municípios - Transferência ao Fundo Nacional da Saúde - MPV 940	8,9
Transferências adicionais a Estados, Municípios e Distrito Federal para financiamento das ações de saúde - MPV 969	10,0
Auxílio a Estados e Municípios - Compensação FPE e FPM - MPV 939; Lei 14.041	16,0
Auxílio Financeiro Emergencial Federativo (4 meses) - MPV 978; Lei Complementar 173	60,2
Suplementação à Proteção Social no âmbito do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) - MPV 953	2,5
Apoio Emergencial do Setor Cultural - MPV 990; Lei 14.017	3,0

105,5

Itens sem Impacto no Resultado Primário (III + IV + V)

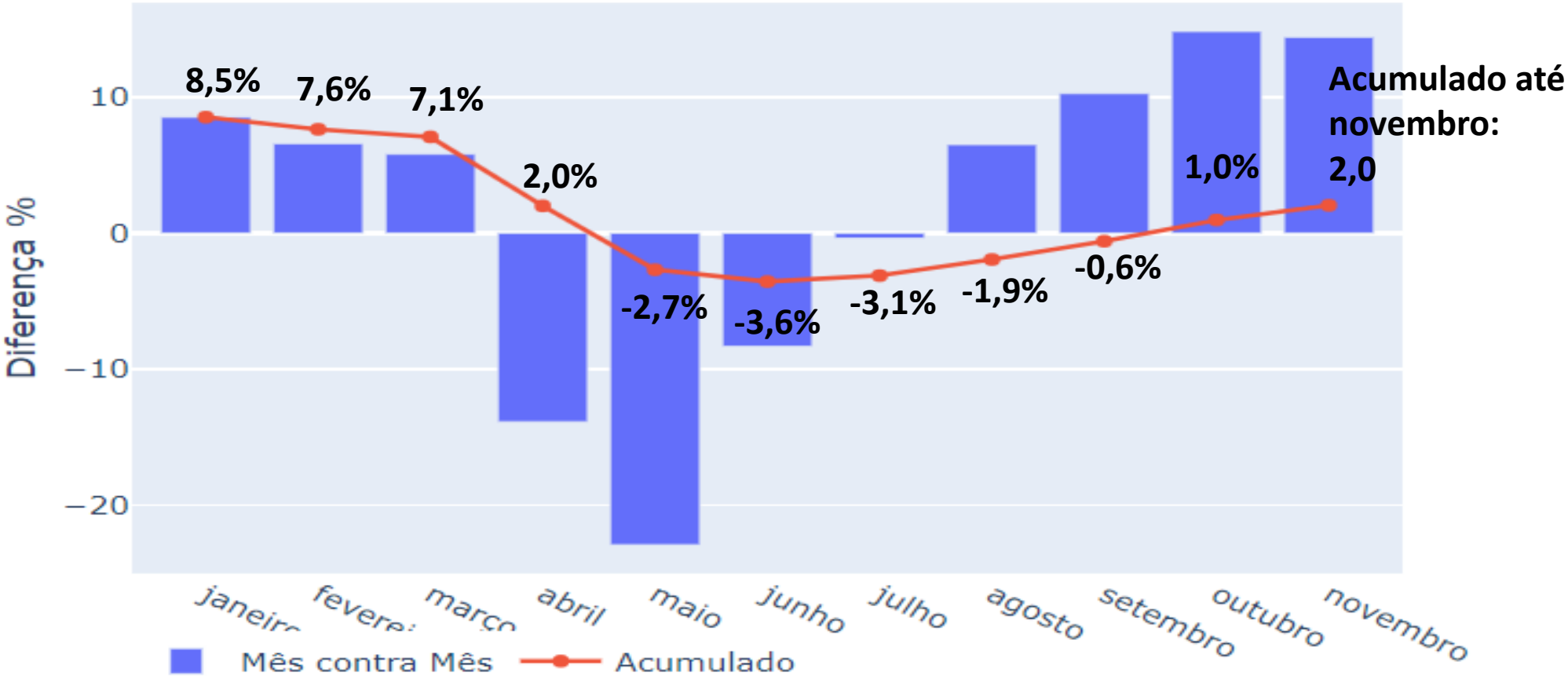
Apoio a Estados e Municípios (V)	85,1
Suspensão de Dívidas dos Estados e Municípios com a União - Lei Complementar 173	35,3
Reestruturação de Operações de Crédito com Bancos Públicos - Lei Complementar 173	14,0
Reestruturação de Operações de Crédito com Organismos Internacionais - Lei Complementar 173	10,7
Estados e Municípios - Securitização Dívidas c/Garantia União - Lei Complementar 173	20,0
Diferimento Pasep e Contribuição Patronal RGPS 2 meses - Portaria ME 139	3,9
Diferimento Pasep e Contribuição Patronal RGPS 1 meses - Portaria ME 245	1,1

Total de Medidas Para Estados e Municípios

190,5

Arrecadação nos Estados

Arrecadação de ICMS + IPVA -> 2020 vs. 2019.
Suficiência do suporte: 116,5%

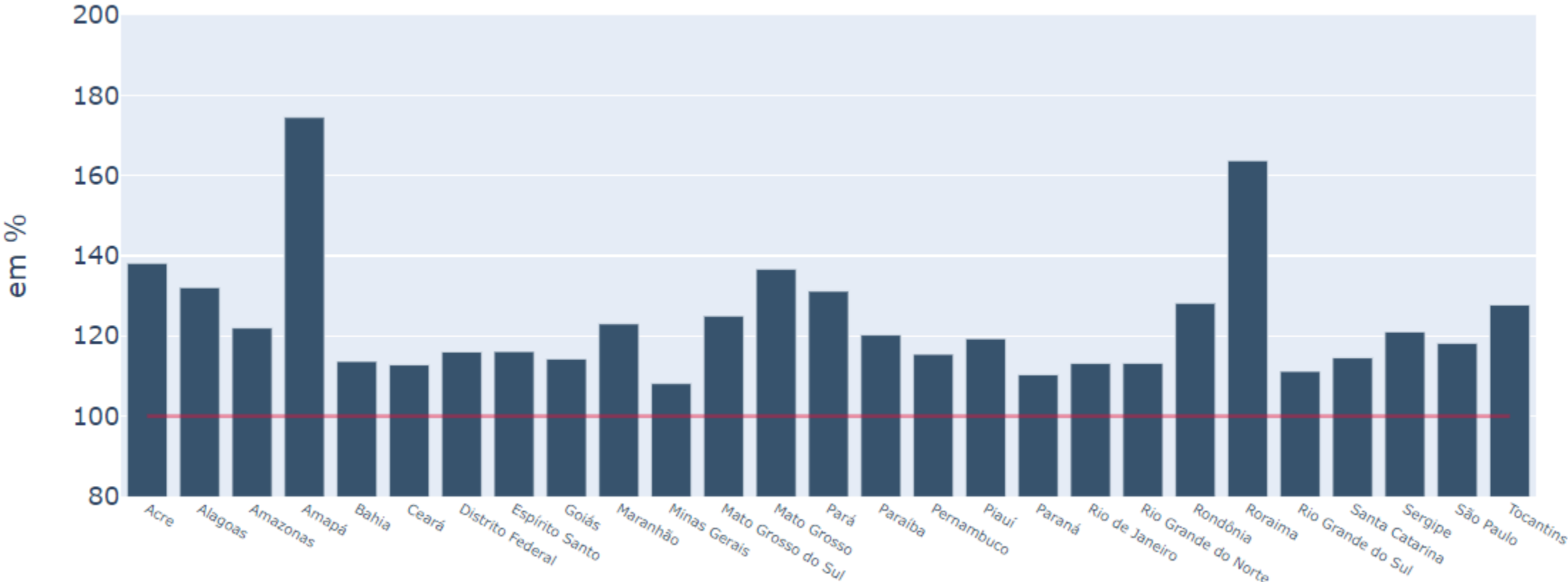


Obs.: 5 Estados ainda não atualizaram os dados de arrecadação para novembro

Fonte: <https://www.confaz.fazenda.gov.br/>, www.gov.br/fazenda/painel
3 Estados ainda não atualizaram os dados de arrecadação para outubro.

Arrecadação nos Estados

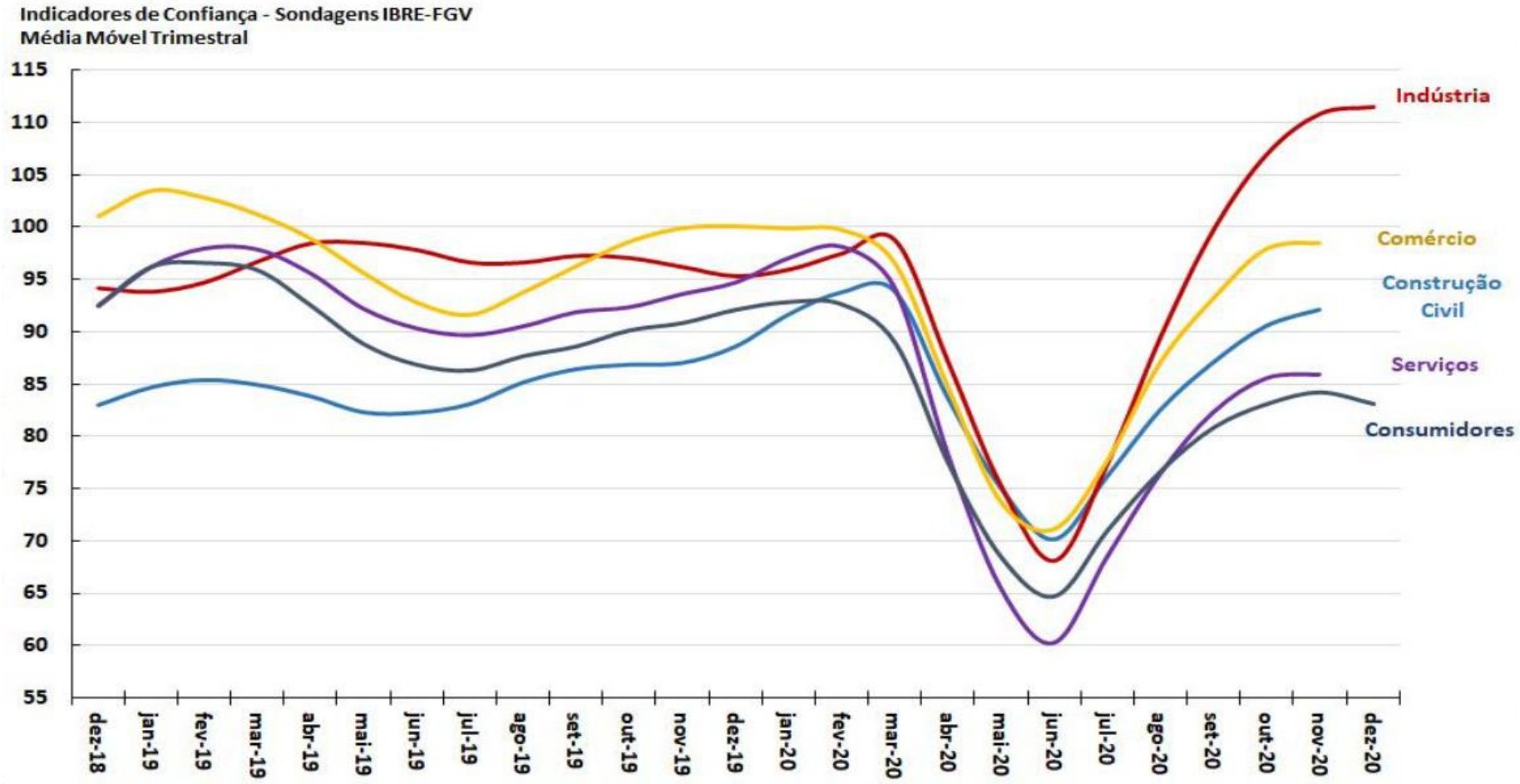
Índices de Suficiência - por Estados (Linha Horizontal em 100%).
Suficiência do suporte: 116,5%



Obs.: 5 Estados ainda não atualizaram os dados de arrecadação para novembro

Atividade Econômica: Indicadores de Confiança

Sondagem IBRE/FGV – Média Móvel Trimestral.



Fonte: FGV

Atividade Econômica: Melhora na Expectativa

Focus/BCB: Expectativas de Mercado – PIB 2020 Var % real a.a.



Fonte: BCB. Elaboração: SPE/ME.

Síntese do Impacto das Medidas de Combate à Covid-19

- Considerando a grade de parâmetros da SPE (09/11), com estimativa de variação anual do PIB de **-4,50% para 2020** e **+3,20% para 2021**:

Grupo de Medidas	2020		2021	
	% PIB	R\$ bilhões	% PIB	R\$ bilhões
Impacto Primário	8,15%	588,9	0,40%	31,6

Impacto previsto das medidas em 2021

	2021	
	R\$ bilhões	% PIB
Plano Nacional de Imunização da População Brasileira contra Covid-19 - MPV 1.015	20,0	0,3%
Reabertura de crédito – Ministério da Saúde – Vacinas/logística/outros	20,0	0,3%
Restos a pagar e reabertura de créditos do 5º Bimestral	11,6	0,1%
RAP = Ministério da Cidadania	0,9	0,0%
RAP = Ministério da Saúde	1,3	0,0%
RAP = Ministério da Economia – previdência e trabalho	7,7	0,1%
Reabertura crédito – Ministério da Saúde	1,7	0,0%
Impacto total em 2021	31,6	0,40%

Déficit Primário (% PIB)

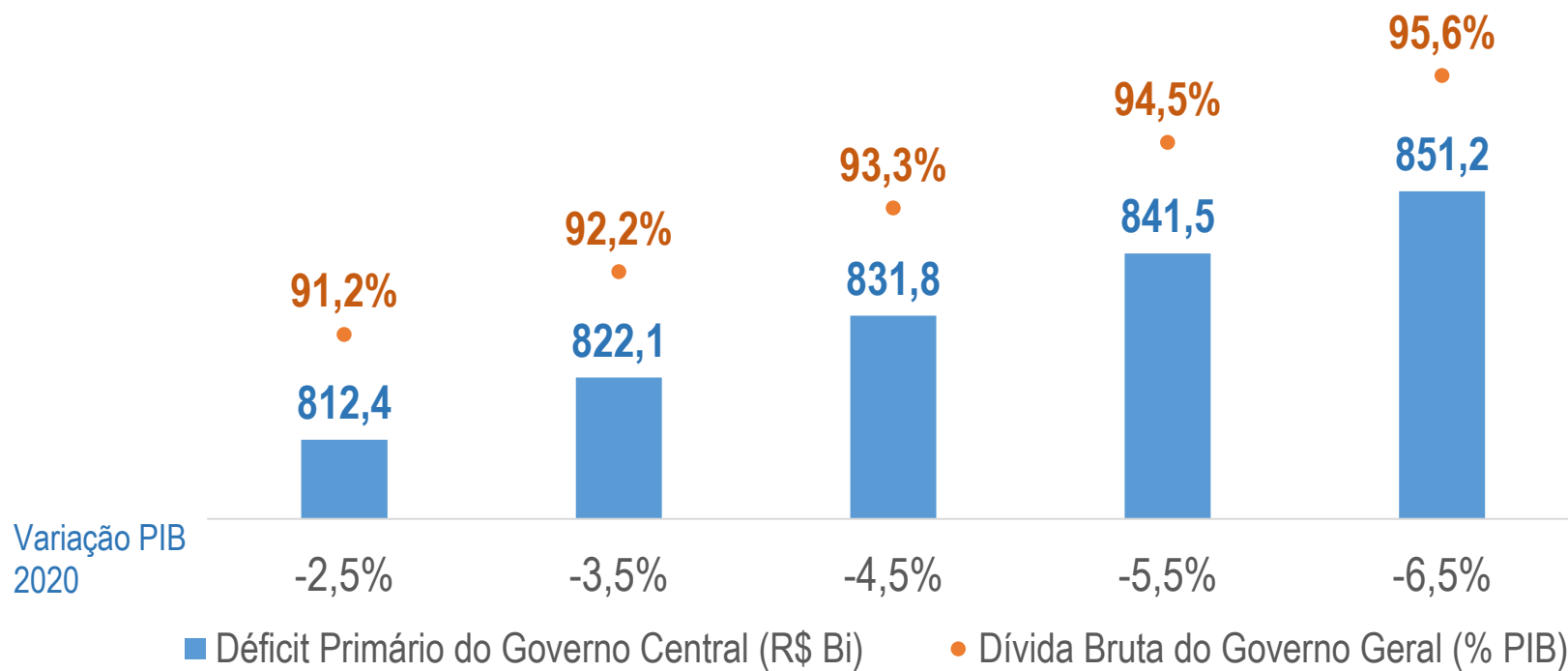
- Considerando uma variação anual do PIB de **-4,50%** para **2020**, conforme grade de parâmetros da SPE (09/11):

	2020	
	R\$ bilhões	% PIB
»»» Déficit do 5º Relatório Bimestral	844,6	11,7%
Impacto Primário Adicional das Medidas não incluídas no 5º Bimestral	-1,2	0,0%
Dedução de restos a pagar e reabertura de créditos contidos no 5º Bimestral	-11,6	-0,2%
Déficit Primário Estimado (Governo Central) - (a)	831,8	11,5%
Déficit Primário Estimado (Estatais Federais) - (b)	1,0	0,0%
Déficit Primário Estimado (Entes Subnacionais) - (c)	11,4	0,2%
Déficit Primário Estimado (Setor Público) - (a + b + c)	844,2	11,7%

Fonte: Estimativas FAZENDA; STN; SOF.

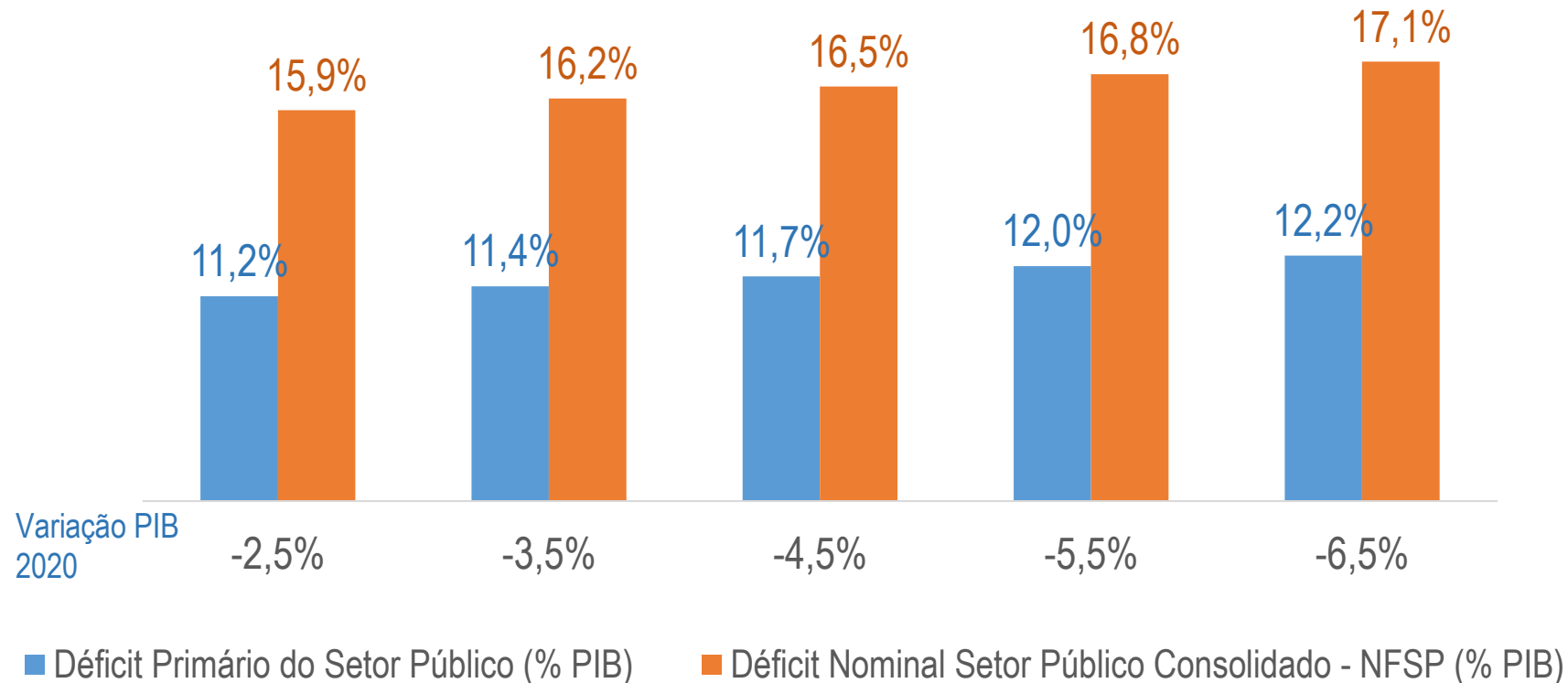
Sensibilidade do Déficit Primário (GC) e Dívida Bruta (% PIB)

PIB 2020 (SPE) **-4,50%** cenário base e variações de mais e menos 1 e 2 p.p.



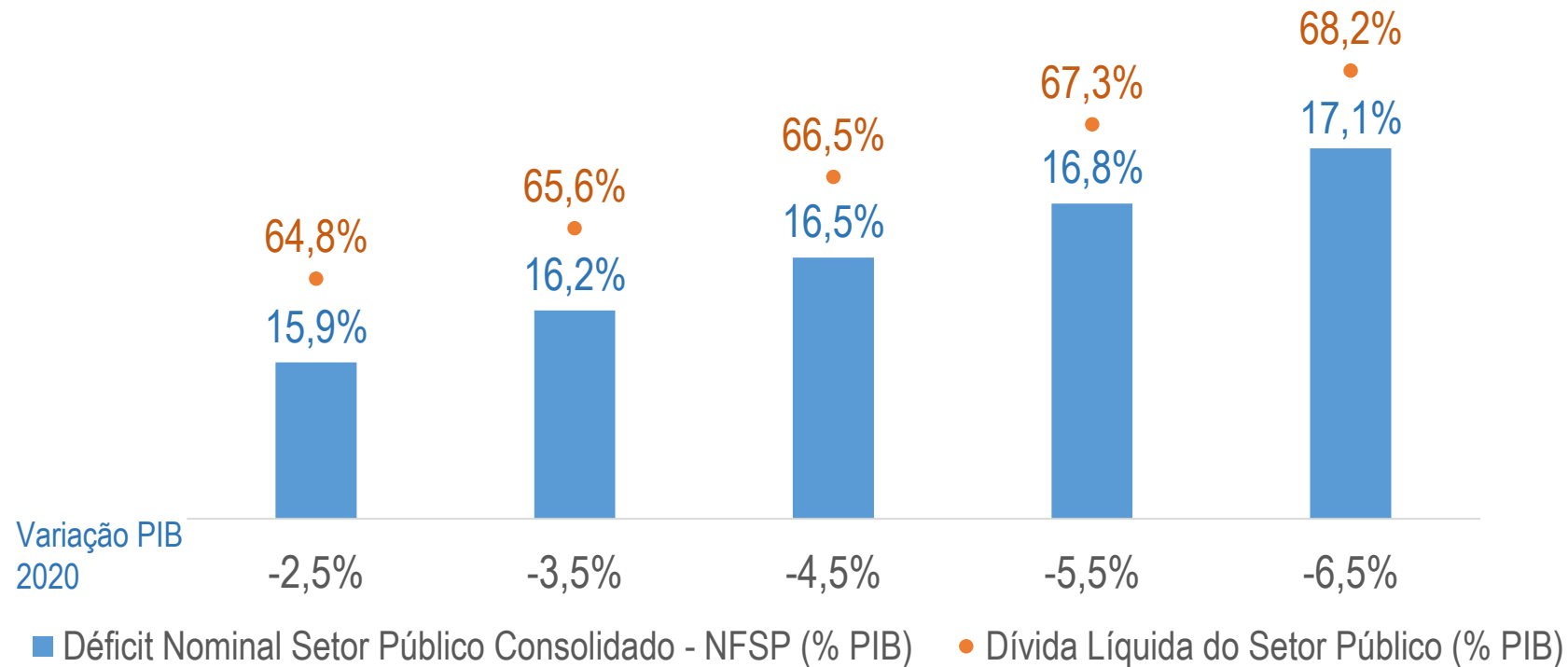
Sensibilidade do Déficit Primário (SP) e NFSP (% PIB)

PIB 2020 (SPE) **-4,50%** cenário base e variações de mais e menos 1 e 2 p.p.

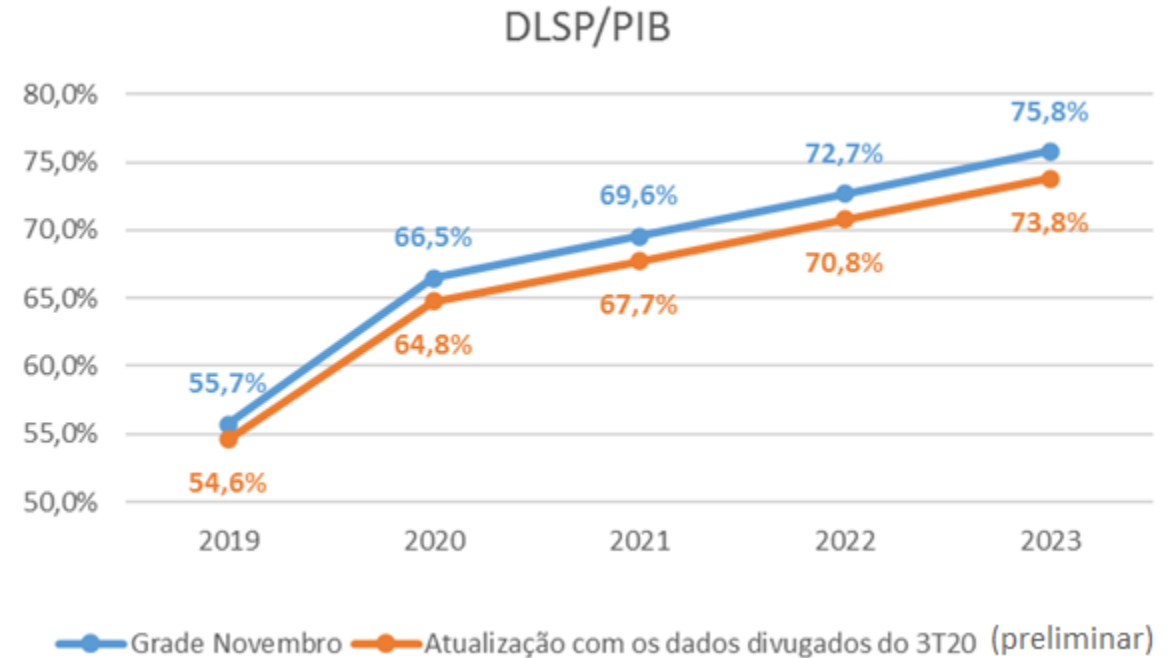
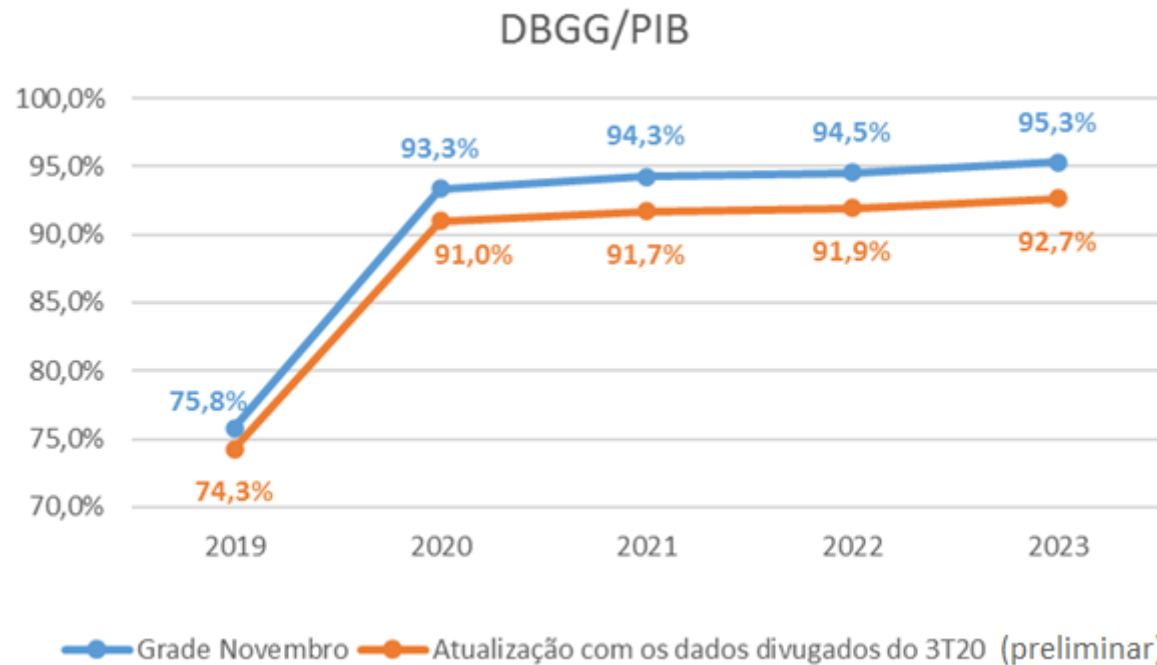


Sensibilidade da NFSP (% PIB) e da DLSP (% PIB)

PIB 2020 (SPE) **-4,50%** cenário base e variações de mais e menos 1 e 2 p.p.



Análise Preliminar de sensibilidade da dívida/PIB à revisão do PIB pelo IBGE

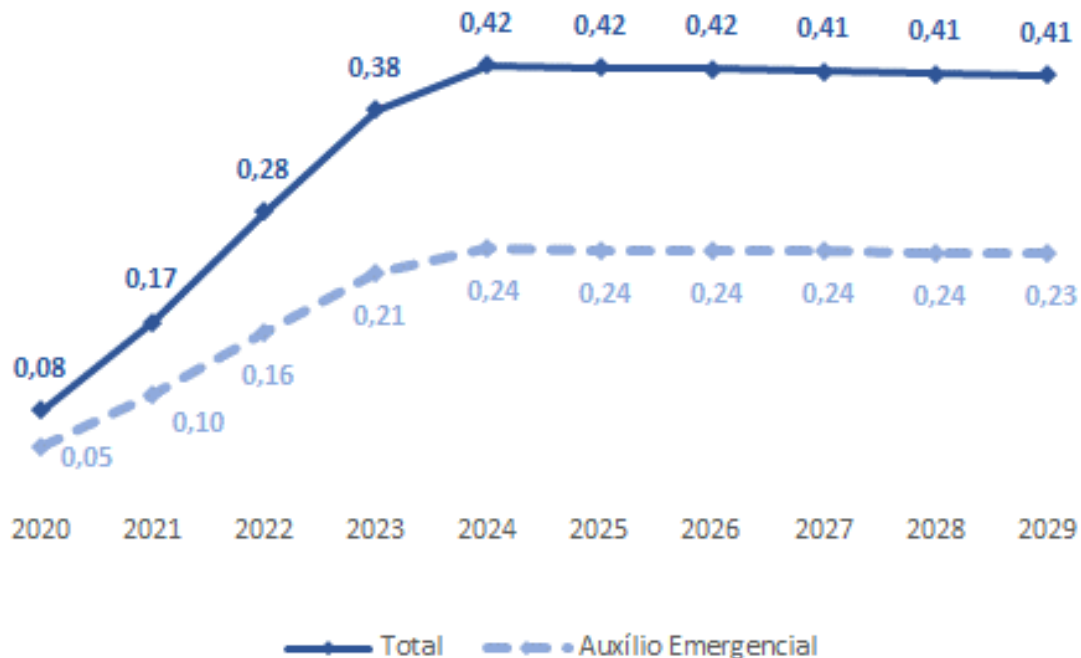


Observações:

1. A análise preliminar acima mostra a sensibilidade da trajetória da dívida em relação ao novo cenário para a trajetória do PIB nominal, mas não mostra os efeitos sobre outras variáveis da grade de parâmetros macroeconômicos (análise de estática comparativa).
2. Os valores para as curvas acima serão alterados quando da elaboração de novos cenários fiscais.

Despesas com Juros

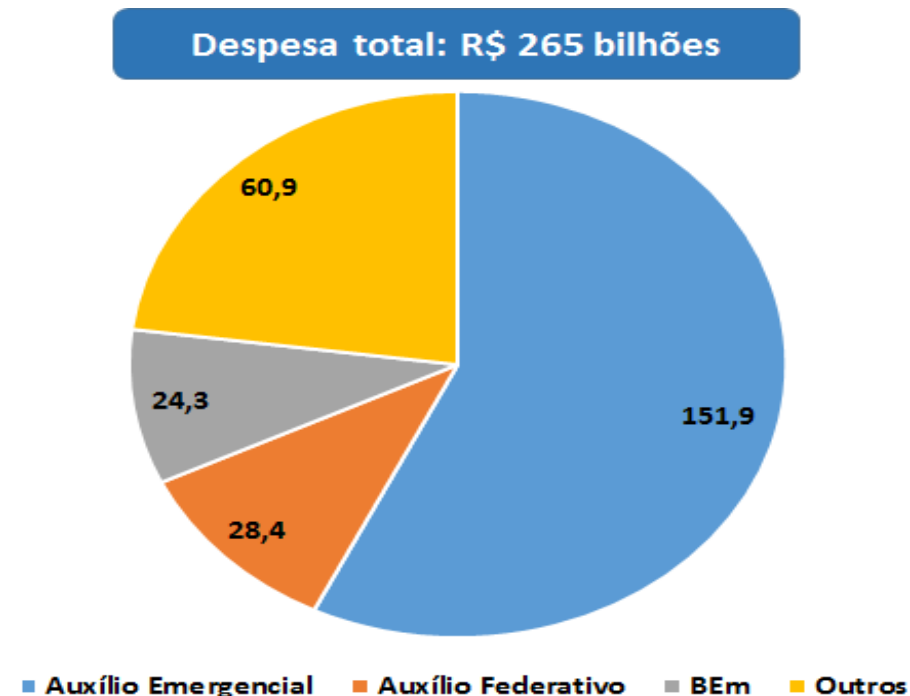
Despesa Adicional com Juros (% PIB)



Fonte: STN/Fazenda/ME.

- Considera um total de despesas com impacto primário da ordem de R\$ 562,6 bilhões em 2020, sendo R\$ 321,8 bilhões com o auxílio emergencial, e R\$ 31,6 bilhões em 2021.

Despesa Adicional com Juros (valores 2020 – R\$ bilhões)



Fonte: STN/Fazenda/ME.

- A despesa adicional com juros sobre a dívida pública, ao longo dos próximos 10 anos, alcança R\$ 265 bilhões (valores de 2020).

Evolução dos Indicadores Apresentados

EC 106: regras orçamentárias especiais até 31/dez/2020 (R\$ bilhões).

	15/abr	22/mai	02/jul	30/jul	04/set	28/set	30/out	24/nov	11/dez	22/dez
Impacto Primário das Medidas	284,0	417,7	521,3	526,0	605,0	607,2	615,0	615,1	599,5	588,9
Déficit Primário Governo Central	467,1	675,7	795,6	787,4	866,4	871,0	880,5	844,6	842,4	831,8
Déficit Primário Setor Público Consolidado	501,7	708,7	828,6	812,2	891,1	895,9	905,4	856,7	854,8	844,2
Déficit Nominal Setor Público Consolidado - NFSP	893,0	1.040,9	1.172,1	1.153,8	1.218,3	1.235,0	1.230,7	1.194,0	1.202,3	1.191,6
Dívida Bruta do Governo Geral - DBGG	6.491,2	6.689,6	6.800,2	6.790,4	6.784,2	6.751,4	6.862,6	6.816,4	6.751,0	6.740,4
Dívida Líquida do Setor Público - DLSP	4.865,6	4.836,9	4.840,0	4.822,0	4.873,2	4.874,9	4.870,4	4.801,8	4.810,0	4.799,4

Evolução dos Indicadores Apresentados

EC 106: regras orçamentárias especiais até 31/dez/2020.

	15/abr	22/mai	02/jul	30/jul	04/set	28/set	30/out	24/nov	11/dez	22/dez
Impacto Primário das Medidas	3,8%	5,8%	7,5%	7,3%	8,4%	8,4%	8,6%	8,5%	8,3%	8,2%
Déficit Primário Governo Central	6,2%	9,4%	11,5%	11,0%	12,1%	12,1%	12,3%	11,7%	11,7%	11,5%
Déficit Primário Setor Público Consolidado	6,6%	9,9%	12,0%	11,3%	12,4%	12,5%	12,7%	11,9%	11,8%	11,7%
Déficit Nominal Setor Público Consolidado - NFSP	11,8%	14,5%	16,9%	16,1%	17,0%	17,2%	17,2%	16,5%	16,6%	16,5%
Dívida Bruta do Governo Geral - DBGG	85,9%	93,5%	98,2%	94,7%	94,6%	93,9%	96,0%	94,4%	93,5%	93,3%
Dívida Líquida do Setor Público - DLSP	64,4%	67,6%	69,9%	67,2%	67,9%	67,8%	68,2%	66,5%	66,6%	66,5%

LDO - IV.1 Anexo de Metas Fiscais Anuais

Esfera de Governo	2021		2022		2023	
	R\$ bilhões	% PIB	R\$ bilhões	% PIB	R\$ bilhões	% PIB
Governo Central	-247,12	-3,16	-178,93	-2,14	-150,13	-1,68
Estatais Federais	-3,97	-0,05	-4,23	-0,05	-4,52	-0,05
Estados, Distrito Federal e Municípios**	0,20	0,00	5,30	0,06	5,70	0,06
Setor Público Não Financeiro	-250,89	-3,21	-177,86	-2,13	-148,95	-1,67

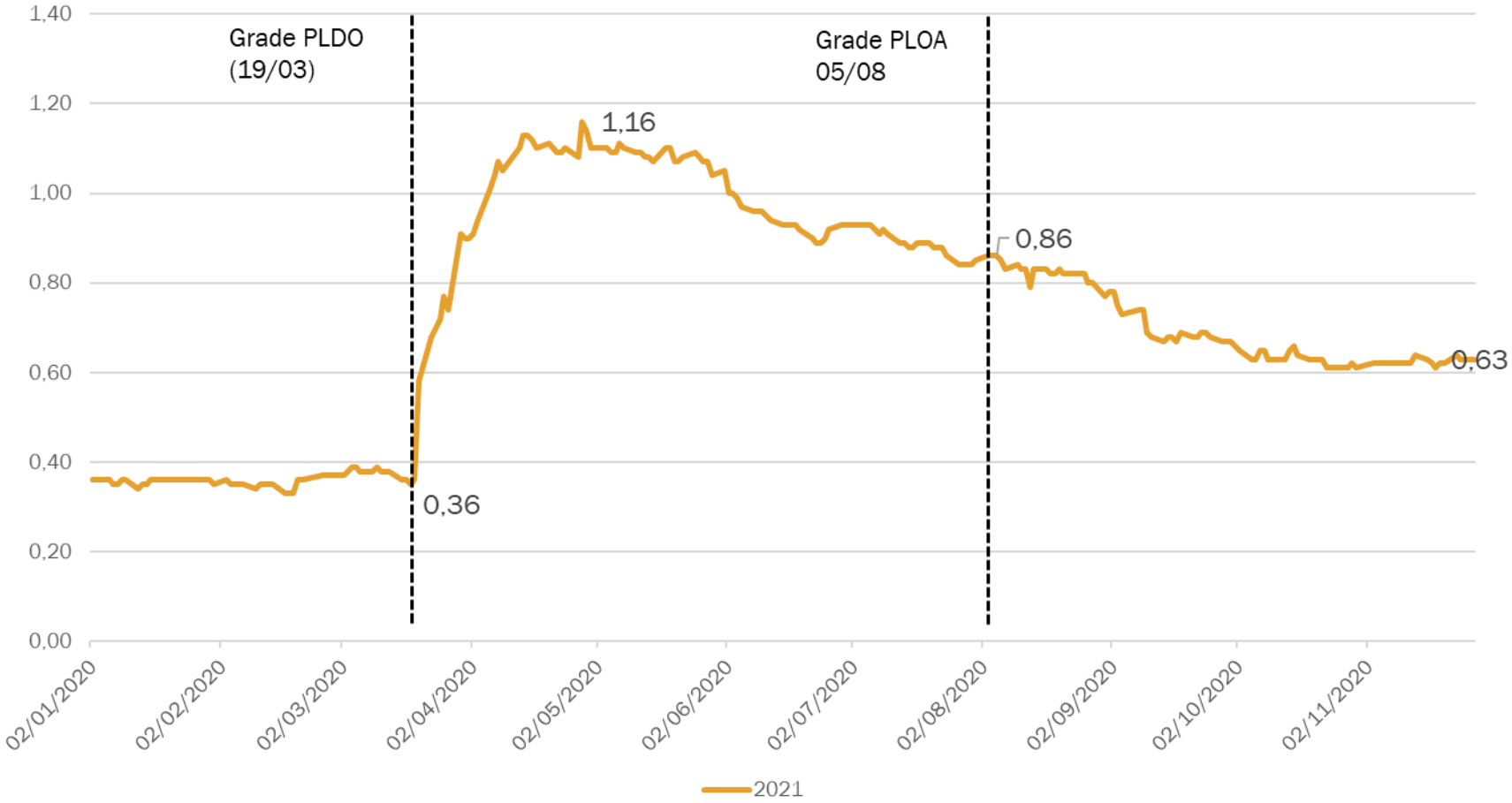
** Indicativo.

Fonte: SOF e STN/FAZENDA/ME

Variáveis (em % do PIB)	2021	2022	2023
Meta de Resultado Primário do Setor Público Não-Financeiro	-3,21	-2,13	-1,67
Resultado Nominal do Setor Público Não-Financeiro	-7,07	-6,83	-7,30
Dívida Líquida do Setor Público	69,73	72,86	75,94
Dívida Bruta do Governo Geral	94,46	94,71	95,48

Fonte: SOF e STN/FAZENDA/ME

Desvio-Padrão Projeções do PIB de 2021 (FOCUS) - Diário



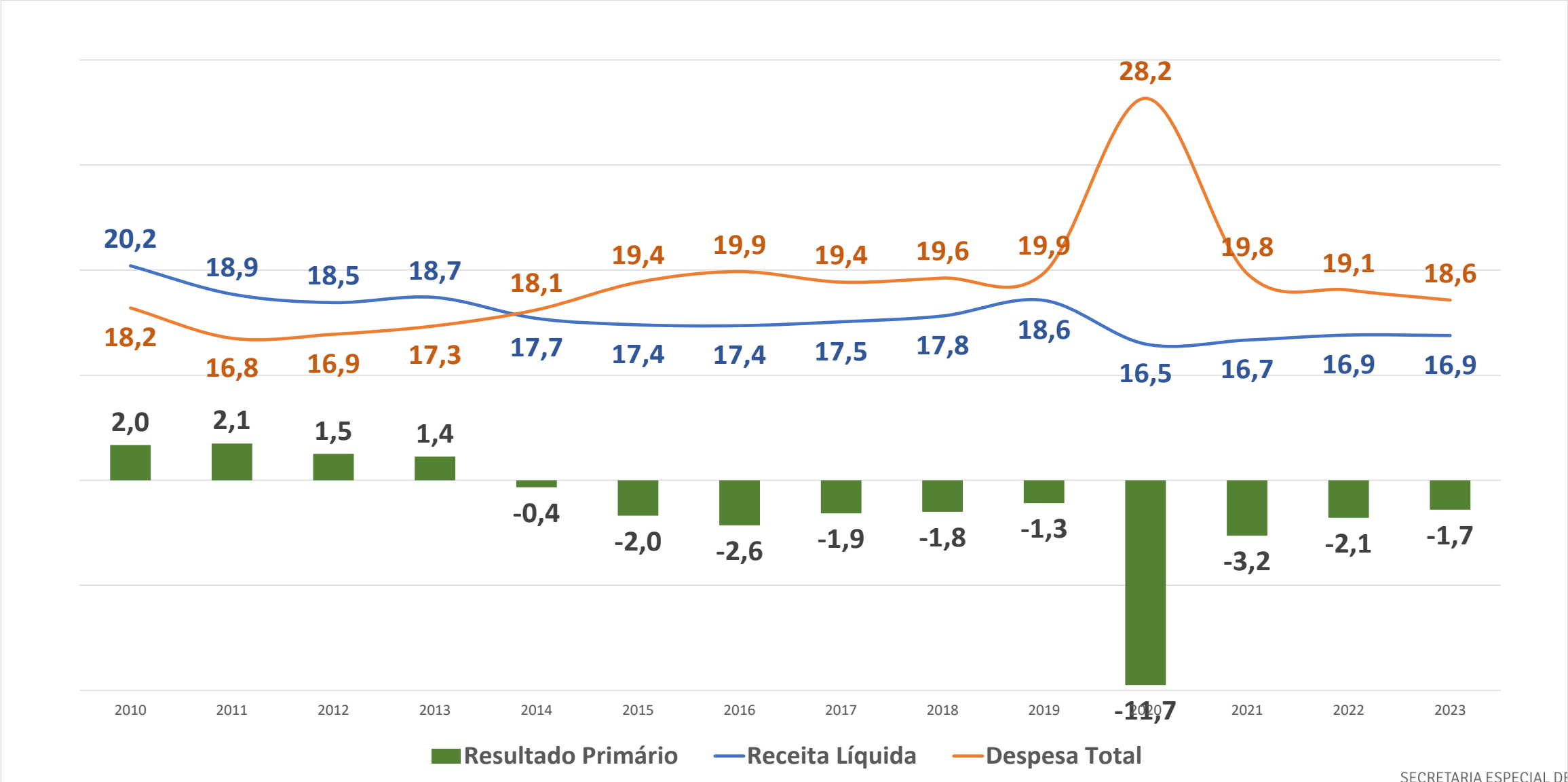
Razões para Atualização AMF PLDO-2021

- Estabilização do cenário macroeconômico, com a redução das incertezas relacionadas à crise gerada pela pandemia da COVID-19;
- Permitiu a fixação de uma meta de resultado primário em termos nominais, como nos exercícios anteriores, aumentando a transparência; e
- O PLOA em tramitação no Congresso Nacional conta com um déficit de R\$ 233,6 bilhões, compatível com a nova meta proposta de R\$ 247,1 bilhões.

Premissas para as revisões das projeções

- Parâmetros Macroeconômicos atualizados;
- Consideração de dados realizados até outubro de 2020, em sua maioria, nas estimativas de receitas e despesas obrigatórias; e
- Inclusão da estimativa de restos a pagar de créditos extraordinários abertos neste exercício com impacto em 2021.

Evolução do Resultado Primário do Governo Central



Importância da Agenda de Reformas

A continuidade da agenda de reformas é imprescindível para o equilíbrio fiscal:

- Continuidade nos Programas de Concessões e Privatização de Empresas Estatais.
- Pacto Federativo.
- Medidas de Liberalização Comercial.
- Redução e Racionalização dos Subsídios Concedidos pela União.
- Reforma Administrativa.
- Reforma Tributária: redução de complexidade, burocracia e insegurança jurídica.
- “Novo Marco Legal do Trabalho” – redução dos custos para se contratar.
- Marcos Legais (petróleo e gás, ferrovias, cabotagem, energia e saneamento).
- Autonomia do Banco Central.
- Medidas para fomento aos mercados de capitais.
- **Lei de Falências e Recuperação Judicial.**



MINISTÉRIO DA ECONOMIA

Obrigado

22 de Dezembro de 2020



MINISTÉRIO DA ECONOMIA

Anexo

22 de Dezembro de 2020



Medidas de Alteração na Programação Financeira

	R\$ bilhões
Itens sem Impacto no Resultado Primário (III + IV + V + VI + VII)	3.810,3
Alteração na programação financeira sem impacto no resultado anual (III)	439,6
Diferimento do PIS/COFINS e contribuição patronal por 2 meses - Portaria ME 139	74,4
Extensão do Diferimento do PIS/COFINS e contribuição patronal por 1 mês adicional - Portaria ME 245	22,2
Diferimento da parte da União no Simples Nacional por 3 meses - Resolução CNPS 152	22,2
Postergação (60 dias) da entrega DIRPF e do recolhimento do imposto e demais créditos tributários - IN RFB 1.934	10,0
Prorroga o prazo de recolhimento de parcelamentos especiais RFB e PGFN - Portaria ME 201	9,6
Prorroga o prazo de recolhimento de parcelamentos especiais do Simples Nacional (RFB e PGFN) - Resolução CGSN 155	1,4
Suspensão, prorrogação e diferimento de atos de cobrança da dívida ativa da União - Portaria ME 103; Portaria PGFN 7820 e 7821	242,8
Diferimento e tributos incidentes sobre a prestação de serviços de telecomunicações (agosto a dezembro) - MPV 952	3,3
Prorroga os prazos de suspensão de pagamentos de tributos (Drawback) - MPV 960	0,0
Antecipação de Cronograma de Pagamento para Beneficiários da Seguridade Social	53,7
Antecipação do 13º de aposentados e pensionistas do INSS (abril e maio) - MPV 927	47,2
Antecipação do Abono Salarial - BB e CAIXA (junho) - Resolução Codefat 857	6,5



Medidas de com Impacto Extraorçamentários

	R\$ bilhões
Itens sem Impacto no Resultado Primário (III + IV + V + VI + VII)	3.810,3
Extraorçamentários (IV)	68,4
FGTS Saque Emergencial (Resíduo Saque Imediato + Aporte PIS/PASEP) - MPV 946	36,2
Redução de 50% nas contribuições do Sistema S por 3 meses - MPV 932	2,2
Diferimento do prazo de recolhimento do FGTS por 3 meses - MPV 927	30,0



Medidas sem Impacto Primário de Apoio a Subnacionais

	R\$ bilhões
Itens sem Impacto no Resultado Primário (III + IV + V + VI + VII)	3.810,3
Apoio a Estados e Municípios (V)	85,1
Suspensão de Dívidas dos Estados e Municípios com a União - Lei Complementar 173	35,3
Reestruturação de Operações de Crédito com Bancos Públicos - Lei Complementar 173	14,0
Reestruturação de Operações de Crédito com Organismos Internacionais - Lei Complementar 173	10,7
Estados e Municípios - Securitização Dívidas c/Garantia União - Lei Complementar 173	20,0
Diferimento Pasep e Contribuição Patronal RGPS 2 meses - Portaria ME 139	3,9
Diferimento Pasep e Contribuição Patronal RGPS 1 meses - Portaria ME 245	1,1



Medidas no Mercado de Crédito

	R\$ bilhões
Itens sem Impacto no Resultado Primário (III + IV + V + VI + VII)	3.810,3
Medidas de Crédito (VI)	232,0
Fundo Geral de Turismo (Fungetur) - Ministério do Turismo** - MPV 963	5,0
BNDES - Suspensão temporária de pagamentos de financiamentos (até seis meses)	30,0
BNDES - Ampliação do crédito para micro, pequenas e médias empresas (MPMEs)	5,0
BNDES - Apoio Emergencial da Saúde	2,0
CODEFAT - Ampliação de crédito do PROGER/FAT para MPMEs - Resolução Codefat 851	5,0
CNPS - Redução de teto juros consignado e alongamento de prazo - Resolução CNPS 1.338	25,0
CAIXA - Crédito Imobiliário	43,0
CAIXA - Capital giro para MPMEs e foco em imobiliário e construção civil para grandes empresas	60,0
CAIXA - Compra de carteiras	40,0
CAIXA - Crédito Rural	6,0
CAIXA - Crédito Santas Casas	5,0
Fundos Constitucionais (FCO, FNE, FNO) - Redução dos juros de linhas especiais para o Covid-19 - Resolução CMN 4.798	6,0
	+
Medidas de crédito com impacto primário	87,8
	=
Medidas de Crédito (VI) + Medidas de crédito com impacto primário	319,8

** Consta nos painéis de gastos (Tesouro Transparente e Painel do Orçamento), mas não tem impacto primário.





Medidas Regulatórias para Manter Funcionalidade dos Mercados

	R\$ bilhões
Itens sem Impacto no Resultado Primário (III + IV + V + VI + VII)	3.810,3
Regulatórias (VII)	2.985,2
Liberação de liquidez	1.274,0
Compulsório + Liquidez de curto-prazo (LCR) - Circular BCB 3.986, 3.987	135,0
Liberação adicional de compulsório - Circular BCB 3.993	70,0
Flexibilização das regras da LCA - Resolução CMN 4.787	2,2
Empréstimo com lastro em LF garantidas - Resolução CMN 4.795	670,0
Compromissadas com títulos soberanos brasileiros - Circular BCB 3.990	50,0
Novo Depósito a Prazo com Garantias Especial - NDPGE - Resolução CMN 4.785	200,0
Empréstimo de liquidez com lastro em debêntures - Resolução CMN 4.786	91,0
Liberação de Compulsório da Poupança	55,8
Liberação de Capital ¹	1.348,2
Overhedge - Resolução CMN 4.784	520,0
Redução ACCP - Adicional de Conservação de Capital Principal - Resolução CMN 4.783	637,0
Redução de capital para operações de crédito a PMEs - Circular BCB 3.998	35,0
Redução do Requerimento de Capital Segmento S5	16,5
Redução do Requerimento de Capital DPGE	12,7
Otimização do Capital (CGPE)	127,0
Compra de Ativos	0,0
Compra de Ativos no Mercado Secundário	0,0
Outras Medidas	363,0
Linha de swap de dólar com o Fed (USD 60 x BRL 5) - Resolução CMN 4.794	300,0
Criação de linha de crédito especial para MPMEs (PESE Funding Bancos) ² - MPV 944	3,0
Imóvel como Garantia de mais um Empréstimo	60,0

¹ Impacto potencial sobre o crédito, não incluiu a dispensa de provisionamento por repactuação e a ampliação do limite de recompra de letras financeiras.

² Complementar ao PESE com funding da União.

Principais Normativos Aprovados no CMN relativos à Covid-19

Data	Reunião	Tema	Nº	Resumo
16/mar	Extraordinária (1ª)	Renegociação de crédito	4.782	Dispensa classificação como ativo problemático, ensejando provisionamento, por repactuação de operações de crédito adimplentes/boa condição. Operações de crédito no montante de R\$ 3,2 trilhões são elegíveis
		Redução de ACCP	4.783	Redução do buffer de conservação de capital em 1.25bp – Amplia a folga de requerimento de capital do sistema em R\$ 55 bilhões (potencial de ampliação de crédito de R\$ 637 bilhões)
18/mar	Extraordinária (2ª)	<i>Overhedge</i> (crédito tributário)	4.784	Permite que o crédito tributário de prejuízo fiscal decorrentes das operações de proteção do investimento no exterior seja computado no capital das IFs até dezembro de 2020. Reforço do capital regulatório de R\$ 46 bilhões (R\$ 520 bilhões de potencial aumento do crédito)
20/mar	Extraordinária (3ª)	Novo DPGE	4.785	Recriação do DPGE, depósito com garantia especial do FGC. Potencial de canalização de liquidez para bancos pequenos e médios é de R\$ 200 bilhões
		Linha de liquidez para debêntures	4.786	Empréstimo com lastro em debêntures adquiridas no mercado secundário após edição da medida. Potencial de liberação de liquidez de R\$91 bilhões

Principais Normativos Aprovados no CMN relativos à Covid-19

Data	Reunião	Tema	Nº	Resumo
22/mar	Extraordinária (4ª)	Flexibilização da LCA	4.787	Flexibilização das regras de direcionamento da LCA. Segundo BC, o potencial de mais crédito para o agronegócio é de R\$6,3 bilhões
		Letras financeiras	4.788	Aumenta percentual de recompra permitido para IF do S1 de 5% para 20%, com potencial adicional de recompra de R\$30 bilhões. Prepara terreno para LF garantida
26/mar	Ordinária (mar)	Renegociação de crédito - S5	4.791	Estende a norma da renegociação do crédito para IFs do S5 (inclui muitas cooperativas de crédito).
1º/abr	Extraordinária (5ª)	Swap com NY FED	4.794	Autoriza linha de swap com NY FED no montante e US\$60 bilhões, aumentando o poder de fogo do BCB para prover liquidez em dólares e sinalizando credibilidade do Brasil
		Letras financeiras - prazo mínimo	4.795	Finaliza regulação das Letras Financeiras Garantidas para assistência de liquidez. Potencial para injetar R\$ 670 bilhões de liquidez no Sistema Financeiro Nacional

Principais Normativos Aprovados no CMN relativos à Covid-19

Data	Reunião	Tema	Nº	Resumo
06/abr	Extraordinária (6ª)	Distribuição de resultados	4.787	Restringe distribuição de resultados de IFs visando assegurar manutenção de capital e liquidez nas instituições (ajustada pela Res. 4.820/20)
		Linha dos Fundos Constitucionais	4.788	Cria linha de crédito emergencial para capital de giro e investimentos com recursos dos fundos constitucionais FNE, FNO e FCO
		Novo DPGE - ampliação de limite	4.791	Amplia valor máximo garantido por IF no novo DPGE de R\$ 20 para R\$ 40 milhões, sem aumentar o potencial máximo de captação do Novo DPGE
		PESE (financiamento da folha)	4.794	Regulamenta o Programa Emergencial de Suporte a Empregos, financiando a folha de empresas pequenas e médias por dois meses até 2 S.M. por funcionário
08/abr	Extraordinária (7ª)	Renegociação de crédito	4.803	Permite que operações renegociadas sejam reclassificadas conforme situação de final de fevereiro para fins de cálculo de provisões

Principais Normativos Aprovados no CMN relativos à Covid-19

Data	Reunião	Tema	Nº	Resumo
23/abr	Extraordinária (8ª)	Proex	4.804	Estabelece regra para os casos de suspensão de pagamento de juros e principal em financiamentos amparados pela equalização de taxa de juros do Proex
		Novo DPGE - interfinanceiro	4.805	Permite DGPEs de titularidade de IFs, com valor máximo garantido de R\$400 milhões, sem aumentar o potencial máximo de captação do Novo DPGE
30/abr	Ordinária (abr)	Redução de capital	4.813	Adapta para as IFs mais simples do segmento S5 a resolução 4.783, com redução na exigência de capital de R\$ 1,3 bilhões (potencial de ampliação do crédito de R\$ 16,5 bilhões)
28/mai	Ordinária (mai)	Distribuição de resultados	4.820	Aprimora a Res. 4.797, estendendo os efeitos até dezembro de 2020 e isentando a remuneração de IHCD e o resgate parcial de cotas por cooperados
18/jun	Extraordinária (11ª)	Ajustes devidos à LC 173	4.826	Define procedimentos a serem observados para operações realizadas pelas IFs ao amparo dos §§ 1º, 2º e 3º do art. 65 da LC 101, de 4 de maio de 2000, e do art. 4º da LC 173, de 27 de maio de 2020.

Principais Normativos Aprovados no CMN relativos à Covid-19

Data	Reunião	Tema	Nº	Resumo
21/jul	Extraordinária (12ª)	Regulamentação MP992 – alienação fiduciária	4.837	regulamenta condições gerais e os critérios para contratação de financiamento imobiliário pelas IFs e disciplina o direcionamento dos recursos captados em depósitos de poupança
		Regulamentação MP882 - CGPE	4.838	Regulamenta as operações de crédito contratadas no âmbito do Programa de Capital de Giro para Preservação de Empresas pelas instituições que especifica
24/ago	Extraordinária (13ª)	PEAC - Maquininhas	4.847	define regras para o Programa Emergencial de Acesso a Crédito na modalidade de garantia de recebíveis (Peac-Maquinhas), instituído pela Lei 14.042/2020
27/ago	Ordinária (ago)	Swap com NY FED	4.850	prorroga de 30/9/20 até 31/3/21 o contrato de swap de moedas entre BCB e o FED-New York. Montante de US\$60 bilhões não alterado

Principais Normativos Aprovados no CMN relativos à Covid-19



Data	Reunião	Tema	Nº	Resumo
24/set	Ordinária (set)	Provisionamento Programas Covid-19	4.855	define regra para provisionamento para as operações de crédito no âmbito da covid-19. Retira necessidade de provisionamento no caso de operações com <i>funding</i> do Tesouro e posterga efeitos de provisionamento da Res. 2682 no caso de operações com garantia de fundos (FGI e FGO)
		posterga regramento reestruturação de operações de crédito - Covid-19	4.86	posterga até dezembro de 2020 a dispensa de caracterização de forma a desonerar as IFs das consequentes implicações em suas estruturas de gerenciamento de riscos.



R\$ milhões

Discriminação	Avaliação 4º Bimestre (b)	Avaliação 5º Bimestre (b)	Diferença (c) = (b) - (a)
1. Receita Primária Total	1.446.502,3	1.463.026,5	16.524,2
2. Transferências por Repartição de Receita	261.108,8	272.953,8	11.845,0
3. Receita Líquida de Transferências (1) - (2)	1.185.393,5	1.190.072,8	4.679,2
4. Despesas Primárias	2.046.396,2	2.034.646,7	-11.749,5
Obrigatória	1.931.317,4	1.918.840,5	-12.477,0
Discricionárias do Poder Executivo	115.078,8	115.806,3	727,5
5. Resultado Primário do Governo Central (3) - (4)	-861.002,7	-844.574,0	16.428,7

Fonte: Diversos órgãos. Elaboração: SOF/Fazenda/ME.